

Aspectos do novo procedimento sumário. Perícia. Recursos. Juizados especiais cíveis

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO

Ministro aposentado do STJ. Membro da Comissão de Reforma do CPC. Advogado em Porto Alegre e Brasília.

1. PROVA PERICIAL E PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Nos processos sob procedimento comum sumário são cabíveis todos os meios de prova, tal como refere o art. 332 do CPC: "Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa".

Admissível, pois, de regra, a prova pericial, consistente em exame, vistorias ou avaliações (CPC, art. 420). Consoante o art. 276, o autor, na própria petição inicial, além de documentos (arts. 383 e 396) e do rol de testemunhas, "se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico".

Este dispositivo prestigia o princípio da *concentração*, evitando posterior abertura de prazo para que o demandante, se deferida a perícia, apresente os quesitos, bem como indique seu assistente técnico caso entenda conveniente munir-se de assessoria especializada e de sua pessoal confiança (CPC, art. 422, *in fine*, 433, parág. único).

Idêntico ônus processual impõe-se ao réu; se frustrada a tentativa conciliatória, apresentará o demandado resposta escrita ou oral, igualmente acompanhada de documentos, do rol de testemunhas "e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico" (art. 278, *caput*).

No caso em que a prova pericial haja sido *requerida apenas pelo réu* e deferida, o magistrado concederá o quinquídio (art. 185; por analogia, art. 421, § 1º) para que o autor

apresente os respectivos quesitos e indique seu assistente. Se a prova pericial foi determinada *de ofício* (art. 130), a dilação será aberta para ambas as partes; nesta hipótese, não ocorre a *preclusão consumativa* que impede ao autor e ao réu de requerer perícia e apresentar quesitos e assistente, se não o tiverem feito quando da inicial e da resposta.

Como imposição até da própria sumariedade procedimental, a prova pericial a ser realizada deve revestir-se de *menor complexidade*, mesmo porque o perito disporá de apenas 15 dias para apresentação do laudo (art. 280, II), dilação esta a ser contada a partir da data em que tomou ciência de sua designação. As disposições legais sobre o rito sumário não prevêm prazo para os assistentes entregarem seus 'pareceres'; assim, incidirá o art. 433, parág. único: "prazo comum de dez dias após a apresentação do laudo, independentemente de intimação."

Tendo em vista a necessária simplicidade do exame pericial, com frequência far-se-á a perícia, no rito sumário, com a informalidade prevista no art. 421, § 2º: "quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado".

Nos casos em que a prova se evidencia de *maior complexidade*, o juiz ordenará a *conversão* do procedimento sumário em procedimento ordinário (art. 277, § 5º). Nos casos de conversão aproveitam-se, claro está, os atos processuais já praticados, com aplicação analógica do art. 244 do Código de Processo Civil.

Diga-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça permite, com certa amplitude, a conversão do rito sumário em ordinário, em “inexistindo prejuízo para a parte adversa” (R.esp. nº 62.318, 3ª Turma, j. 5.9.95, rel. em. Min. Waldemar Zveiter, v.u.), ou na “inexistência de qualquer prejuízo ao réu” (R.esp. nº 74.237, 4ª Turma, j. 28.11.95, rel. Min. Barros Monteiro, v.u.).

2. DOS RECURSOS NAS CAUSAS SOB RITO SUMÁRIO. DO PREPARO E DA PRECLUSÃO

De uma maneira geral, o sistema recursal nos processos sob procedimento sumário não apresenta singularidade maior.

Foi mantida a norma do art. 550, pela qual “os recursos nas causas de procedimento sumário deverão ser julgados no tribunal, dentro de quarenta (40) dias” (a expressão ‘procedimento sumaríssimo’ foi substituída por ‘procedimento sumário’ em face do disposto no art. 3º da Lei nº 8.245/95). Importa, anotou Barbosa Moreira, evitar a suposição de que “a inobservância do prazo importe a nulidade do julgamento” (*Comentários ao CPC*, 6ª ed., Forense, nº 342), porquanto trata-se de dispositivo despedido de qualquer espécie de sanção, pelo que “passa a ter caráter meramente orientador” (Joel Dias Figueira Jr., *Novo Procedimento Sumário*, ed., RT, 1996, p. 253); conveniente, pois, que os Regimentos Internos dos tribunais adotem providências no sentido de facilitar a observância de tal prazo.

Sempre no intuito de acelerar o andamento dos processos sob rito sumário, foi igualmente mantida a dispensa de *revisor*. Assim o art. 551, § 3º do Código de Processo Civil, com a redação da Lei nº 8.950, de 13.12.94: “Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, de despejo e nos casos de indeferimento liminar da petição inicial, não haverá revisor”. Adotado, destarte, o magistério de Barbosa Moreira: “Em hipóteses como a de impugnação de sentença que haja indeferido por inepta a inicial, ou posto termo ao feito em consequência do abandono da causa pelo autor, a revisão é um luxo demasiado caro, de que se poderia prescindir sem detrimento real para ninguém” (ob. cit., nº 344).

Finalmente, quanto ao *preparo* dos recursos, não será demasia lembrar que, consoante o art. 511, “no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de retorno, sob pena de deserção” (redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.94).

Alguns juristas de altíssima nomeada, sob inspiração benevolente, têm entendido seria possível ao recorrente efetivar o preparo mesmo *após* a apresentação do recurso, desde que o faça ainda no decurso do prazo recursal: “se o preparo não tiver sido feito até então, admite-se que o seja até o último dia do prazo para recorrer, sob pena de preclusão, porque o ato jurídico *recurso* não se reputa perfeito sem o preparo” (Cândido Dinamarco, *A Reforma do CPC*, Malheiros ed., 1995, nº 122; idem na 2ª ed., p. 164). No mesmo sentido, Sérgio Sahione Fadel, em palestra proferida no CEPAD-Rio.

J.E.Carreira Alvim, no entanto, com bons fundamentos, sustenta a *preclusão consumativa*, que impede ao recorrente de lançar “aditamentos” ao ato processual já praticado. Vale a transcrição de excerto de seu magistério:

“Destarte, verifica-se que a ‘*antecipação*’ na prática do ato cujo prazo ainda não terminou de fluir, no dizer do prof. Sérgio Sahione Fadel, na verdade *não é antecipação* senão o próprio ato praticado *dentro* do prazo legal, antes que atingisse o termo *ad quem*, pelo que, uma vez praticado, neutraliza todo o lapso restante, no qual poderia ainda praticá-lo. E isto por uma razão simples: uma vez praticado o ato, consuma-se com seu exercício, e sobre ele desce a *preclusão*, sem que se possa repeti-lo, praticando-o de novo (*ne bis in idem*).

Não fosse assim, se o recurso viesse a ser interposto no primeiro dia, não poderia o juiz abrir vista ao recorrido, para contra-razões, enquanto não ultrapassado o 15º dia, mantendo paralisado o processo até o advento do termo *ad quem*, o que seria contrário à própria índole da reforma. Do mesmo modo, não poderia ser exigido nenhum preparo antes desse termo, já que o recorrente teria até o último dia do prazo para fazê-lo, embora já tivesse protocolado seu recurso e, assim, atuado no vazio o novo art. 511” (*Código de Processo Civil Reformado*, 2ª ed., Ed. Del Rey, 1995, p. 181).

No mesmo sentido, v.g., Alexandre Freitas Câmara (*Lineamentos do Novo Processo Civil*, Ed. Del Rey, 1995, p. 82) e Nelson Nery Junior, para quem “o momento para a prática do ato processual *preparo* é coincidente com o da interposição do recurso. Trata-se de *ato complexo*, composto pela interposição do recurso e pela efetivação do preparo. Os dois atos tem de ser praticados *simultaneamente*, isto é, no mesmo momento processual. Caso isto não ocorra, a parte que praticou apenas um deles, ficará impedida de praticar o outro, por haver ocorrido a *preclusão consumativa*” (*Atualidades sobre o Processo Civil*, 2ª ed., Ed. RT, 1996, nº 41, p. 128).

Esta linha exegética, a que aderimos, já mereceu apoio no Superior Tribunal de Justiça, como, v.g., está em decisão do em. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira no Ag. nº 93.904 (*DJU* de 16.2.96, p. 3.101) e melhor corresponde ao texto da norma legal e aos propósitos de celeridade e de simplificação dos atos procedimentais, inspiradores na reforma.

Convém, outrossim, que não retardem os tribunais a divulgação das tabelas de custas e dos portes de remessa e retorno, para melhor orientação das partes e seus advogados (art. 511, implicitamente; art. 525, § 1º, *in fine*, explicitamente).

3. DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS RELATIVAMENTE ÀS DEMANDAS ENQUADRADAS NO ART. 275 DO CPC

De conformidade com o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26.9.95, terá competência o Juizado Especial Cível (JEC) para conciliar, processar, e julgar as causas cíveis de *menor complexidade*, assim consideradas:

I. As causas cujo valor não exceda a 40 vezes o valor do salário mínimo;

II. As enumeradas no art. 275, II, do Código de Processo Civil;

III. As ações de despejo para uso próprio;

IV. As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

Diante disso, entenderam vários juristas que a ampla competência atribuída aos JEC teria praticamente *absorvido*, salvante apenas as exceções previstas na própria Lei nº 9.099, aquelas causas às quais o Código

de Processo Civil, consoante o art. 275, reservou o procedimento sumário.

Sérgio Bermudes vai além, afirmando que inclusive as causas regidas por *leis especiais* (v.g., adjudicação compulsória, retificações em registros públicos, usucapião especial etc.), porque nelas se prevê a adoção do rito ‘sumaríssimo’, teriam passado à competência dos Juizados Especiais (salvo se os mesmos não houverem sido instalados na comarca, ou se a lei local houver limitado a respectiva competência, como previsto no art. 93 da Lei nº 9.099) (*vide A Reforma do Código de Processo Civil*, 2ª ed., Saraiva, ps. 33-34).

Todavia, e mesmo deixando de lado o argumento da *posterioridade* da Lei nº 9.245, de 26.12.95 (que deu nova redação ao art. 275 do CPC), sobre a Lei nº 9.099, temos por certo que a aplicação do procedimento sumário, pela Justiça Comum, convive, sem maiores problemas e em harmonia, com a aplicação, pelos JEC, do procedimento ‘sumaríssimo’, previsto para os processos das causas cíveis consideradas de menor complexidade.

Impende ponderar:

a) embora respeitáveis argumentos em contrário, entendemos que permanece a critério do demandante *optar* entre o acesso ao “sistema” da Lei nº 9.099, e o ajuizamento da causa perante a Justiça Comum. Não se cuida, aqui, exatamente, de a parte escolher o *juízo* onde pretende litigar; trata-se, isto sim, de uma escolha em favor de determinado modelo de *processo*, escolha que implicará, *a posteriori*, na *opção* pela Justiça Especial.

Como salienta Nelson Nery Jr., “seria ofensivo ao princípio constitucional do direito de ação, bem como ao da ampla defesa (CF, art. 5º, XXXV e LV), impedir-se o autor de postular perante o juízo comum, com direito à ampla defesa, situação que não lhe é assegurada pelo procedimento expedito, sumaríssimo, restrito, incompleto, oral e informal dos juizados especiais” (*Atualidades sobre o Processo Civil*, 2ª ed., Ed. RT, 1996, ps. 80-81), e que inclusive permite o julgamento por *equidade*, sem as limitações da legalidade estrita (Lei nº 9.099, art. 6º).

Note-se que em muitos Estados, nas comarcas de menor movimento, o Juizado Especial funciona ‘em anexo’ a uma determinada Vara Cível, não se constituindo em unidade jurisdicional autônoma; a parte, portanto, não opta por uma determinada ‘Justi-

ça', mas sim prefere um diferente 'processo', em que prevalece a oralidade e a informalidade, a par de simplificado sistema recursal.

Esta exegese é a que melhor se coaduna com os próprios antecedentes históricos, com os propósitos e finalidades que inspiraram o legislador comum, e o legislador constituinte, a instituir um novo e peculiar 'sistema' de processo, acessível às grandes massas populacionais e capaz de solucionar, celeremente e com eficácia, o grave problema que Kazuo Watanabe diagnosticou como de 'litigiosidade contida' (*Juizado Especial de Pequenas Causas*, Watanabe *et alii*, Ed. RT, 1985, p. 2). Esta exegese mais se fortalece se atentarmos em que, pelo art. 3º, § 3º, da Lei nº 9.099, é expressamente prevista a opção para as ações tendo por objeto o recebimento de um crédito.

Portanto, pode-se desde logo afirmar que o conteúdo do art. 275 não terá sido 'esvaziado' pela Lei nº 9.099, ao contrário do que escreveu Theotonio Negrão (*CPC*, 27ª ed., Saraiva, notas 1 e 2 ao art. 3º da Lei nº 9.099). O Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, em obra recentíssima, averbou que se justificava a permanência de um rito sumário no Código, "não obstante já em vigor um procedimento sumaríssimo na Lei nº 9.099/95, inclusive por ser o Juizado Especial opcional ao autor e vedado em diversas causas" (*Código de Processo Civil Anotado*, 6ª ed., Saraiva, 1996);

b) o asserto quanto à 'absorção' do rito sumário pelo 'sumaríssimo' esbarra igualmente na circunstância de que somente as *pessoas físicas capazes* podem ser autoras perante o Juizado Especial (Lei nº 9.099, art. 8º e § 1º).

Destarte, se pessoa física incapaz ou aprisionada, se pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, se a massa falida ou o espólio ou entidade outra com personalidade judiciária *desejar propor demanda* compreendida no elenco do art. 275, tão-somente poderá fazê-lo perante a Justiça Comum e pelo rito sumário. Esta consideração já demonstra, por si só, quão inexata a tese de que à Justiça Comum teria restado apenas uma competência 'residual';

c) mais ainda: se pessoa física capaz pretende ajuizar demanda, não poderá optar pelo rito 'sumaríssimo' dos JEC se pretende agir *contra* pessoa física incapaz ou presa, ou *contra* pessoa jurídica de direito público, ou *contra* empresa pública da União, ou contra a massa falida ou o insolvente civil.

Em outras palavras: perante o Juizado Especial Cível somente é admitida *como autora* a pessoa física capaz (compreendido o comerciante em nome individual, constituído ou não em microempresa), e *como ré* outra pessoa física capaz (que não esteja presa nem em insolvência civil), ou uma pessoa jurídica de direito privado, ou o espólio (Lei nº 9.099, art. 8º e § 1º).

d) também não podem ser admitidas perante os Juizados Especiais, ou melhor, ao 'processo' dos Juizados Especiais, ainda que de valor inferior a 40 salários mínimos, as causas referidas no art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.099, ou seja, as causas de natureza alimentar, as ações de alimentos, as ações de acidente do trabalho, as demandas fiscais e outras de interesse da Fazenda Pública, e as relativas ao estado e capacidade das pessoas mesmo se de cunho patrimonial;

e) interessante outrossim observar que a ação de cobrança que assiste ao condomínio contra o condômino, prevista no art. 275, b do Código de Processo Civil, sempre deverá ser processada na Justiça Comum pelo rito sumário, apresentando-se incabível a 'opção' para o 'sumaríssimo' dos JEC. É que o condomínio não pode ser equiparado a 'pessoa física capaz' e, portanto, perante os JEC somente pode ser aceito no *polo passivo* da relação processual, não como autor;

f) finalmente, no "processo" dos JEC não se admite a citação por editais – art. 18, § 2º. Portanto, ainda que se cuide de matéria compreendida no elenco do art. 3º, o demandante perde a faculdade de "opção", e deverá necessariamente ajuizar seu pedido perante a Justiça Comum, e pelo rito sumário, se for caso;

g) o art. 275, g, de modo expresse prevê agora a adoção do rito sumário também "nos demais casos previstos em lei". Ou seja, naquelas leis especiais que, por motivos pragmáticos, dispõem sobre a adoção do antigo rito *sumaríssimo*, atualmente o reformado rito *sumário*.

A mera mudança de denominação, necessária pelos motivos postos nos itens 3 e 11, não importará, por certo, no enquadramento de uma ação de adjudicação compulsória, ou de acidentes de trabalho, da ação discriminatória de terras devolutas, da ação relativa às lides entre representante comercial autônomo e representado etc, no 'processo' dos JEC, aliás reservado às causas de 'menor complexidade'.